Fará no próximo dia 24 , 2 anos em que o conselho de administração a que tenho o gosto de presidir iniciou funções. A este conselho foi pedido que materializasse uma decisão política de reversão do processo de fusão que havia resultado na constituição das Aguas do Norte, destacando aquele que é o sistema da AdDouro e Paiva, construindo um modelo que garantisse que a redução das tarifas que havia sido conseguida com a fusão não fosse posta em causa, ie, no caso de TMAD por exemplo, que a tarifa de cerca de 0,70€/1000litros que havia baixado para cerca de 0,50€/1000litros, se mantivesse, como uma consagração duma ideia de solidariedade inter-regional.

Neste tempo não só se consolidou o processo de cisão, como se encerrou um gigantesco contencioso com 20 municípios da região do Grande Porto, e

... de facto conseguimos alguns resultados que gostaríamos de partilhar:

No sistema multimunicipal (abastecimento e recolha em Alta):

- O volume de negócios cresceu 10.8%
- Os gastos operacionais/Volume de negócios decresceram 17%
- O desvio de recuperação de gastos (no fundo, o deficit tarifário) baixou 17,4%

No sistema da parceria (Baixa):

- O volume de negócios cresceu 14,5%
- Os GO/VN melhoraram 30,6%
- As perdas de água reduziram 40% (de 75% para 45%)
- A facturação está em dia
- A resposta a reclamações passou de 74% para 100%
-

Isto permitiu resultados operacionais (antes de DRG) no conjunto agregado da AdN, AdDP e SD, passaram de 8,7 para 30,0 milhões de euros

Tudo isto permitiu ainda um resultado consolidado na AdN pós-cisão que se traduz numa redução da dívida de 12,2 Milhões de euros, dívida que é ainda de 589M€, e se dúvidas houver quanto à necessidade de uma continuada gestão rigorosa, o rácio da dívida pelo EBITDA continua a ser de quase 17... manifestamente alto, mas ficou claro que conseguimos ultrapassar aquele que era o perigo da “espiral da dívida”, e consolidar uma estrutura de financiamento adequada com um Fundo de Maneio pela primeira vez positivo de 49,7M€ que compara com um valor negativo de 74M€ em 2016.

Ao mesmo tempo, concluímos com sucesso:

- o processo de regularização dos chamados precários… hoje o universo da AdN tem 13 trabalhadores com vínculo não permanente, porque correspondem a actividades não permanentes (por exemplo substituições)… abraçámos o programa de regularização sem perder de vista a racionalidade económica e operacional, e dos 59 contratos solicitados à comissão paritária, foram todos aprovados;
- lançámos um programa de formação profissional para melhorar a qualificação dos trabalhadores, o programa Caudal, que estamos em crer fará história no sector e que pretendemos que no futuro seja aberto a autarquias e outras sociedades gestoras;
- Abraçámos um programa de trainees, tendo contratado jovens de elevado potencial, captámos 20% do total do programa de trainees do universo AdP;
- Lançámos um programa de prevenção de segurança no trabalho que permitiu uma redução contínua dos índices de sinistralidade (que julgo também retratar uma melhoria do clima organizacional):
    - Nº de acidentes com baixa passaram de 55 em 2016, para 36 em 2017 e em 2018 até ontem, quase fecho de semestre, tinham sido 3!
    - Nº de dias perdidos passaram de 971 em 2016 para 605 em 2017 e eram até ontem 36 em 2018
- Optimizámos o consumo de reagentes nas ETA e ETAR em cerca de 30%; renegociámos contratos de reagentes (por exemplo nos gases industriais temos poupanças de 30%), em algumas instalações reduzimos já, e por agora, a energia em 30%; tomamos iniciativas de eficiência energética que deverão permitir em breve alcançar a neutralidade energética em pelo menos 2 instalações.
- Tudo isto com uma da qualidade do serviço que se traduz no cumprimento do PCQA de 99,9% e cumprimento do PCQAR de 99,2% sem que num ano de seca extrema tenha havido qualquer rotura do serviço e com um adicional esforço no apoio intenso ao sistema multimunicipal da região de Viseu.
-

E não podia deixar de referir que isto não foi feito pela administração, foi pelos colaboradores… mas também não prescindo de dizer que foi seguramente estimulada pela administração… ao mesmo tempo que demos o exemplo…

- Prescindimos do serviço de motoristas, que requalificámos para funções operacionais, ao mesmo tempo que instalámos o sistema de gestão de frota nos carros da administração;
- Fomos os primeiros a adoptar práticas de partilha de áreas de trabalho... eu na AdDP partilho o gabinete com um administrador executivo, e na AdN a administração trabalha num espaço partilhado.

...não, gerir não é um exercício de busca da popularidade, e por isso apesar de nunca nos escusarmos a esclarecer os trabalhadores as nossas decisões em múltiplas e sistemáticas reuniões de quadros e com trabalhadores, mas não nos deixamos desviar dum caminho que considerámos adequado... e sim, não existe melhor fonte de autoridade do que o exemplo, e nisso não prescindimos de prestar contas com factos e não com especulações.

Importa pois falar das instalações, mas tal conversa não pode ser feita sem uma análise da história da organização... a ADN de hoje, que tem sede societária em, Vila Real (e bem, se olharmos nomeadamente à geografia dos sistemas, VR está no centro de gravidade) e resulta da fusão de 4 empresas, a saber, AdML, AdAve, AdCávado e AdTMAD, que tinham sedes respectivamente em Viana, Guimarães, Barcelos e Vila Real. Destas, apenas Barcelos são instalações próprias sem outros encargos que não sejam os associados à sua utilização e têm estado muito sub-utilizadas.
Em Vila Real, até ao início de 2018, cerca de 60 pessoas estavam instaladas numa moradia, sem qualquer licenciamento para utilização colectiva e de serviços , com enormes riscos de segurança, conforme atestam os vários relatórios de auditoria, alguns com mais de 5 anos, apesar do custo de cerca de 50.000€/ano de arrendamento (escritório e estacionamento). Hoje, temos um espaço adequado, num edifício requalificado, no centro da cidade, onde despendemos menos do que nas instalações antigas;
Em Viana do Castelo, 20 pessoas estavam instaladas em 2000m2 com um custo de exploração de 60.000€/anuais, a que acrescem mais de 120.000€ em encargos financeiros, 20 pessoas destacadas da estrutura de direcção que se concentrava em Vila Real e Guimarães... a reinstalação destes serviços, foi consumada no início de 2018 em articulação com as estruturas representativas dos trabalhadores e, apesar das reservas iniciais, creio que hoje ninguém pode dizer que foi um processo de que os trabalhadores ou a empresa saiu a perder;

Em Guimarães, a AdN tentou uma negociação com vista a uma maior racionalidade do contrato de arrendamento, nomeadamente considerando que existiam áreas superabundantes e que o valor da renda por m2 era exagerado. Esse processo não teve sucesso, tendo existido um afastamento de posições por manifesta inflexibilidade do VSC, nosso senhorio. Importa referir que a AdAve gastou, há 14 anos, cerca de 1.2 Milhões de Euros em obras de adaptação do vão da bancada para o tornar um espaço habitável, e que desde então paga cerca de 200.000€/ano de renda, tendo apesar disso que suportar os custos de manutenção e conservação do edifício.... Ora é isto que, ante o impasse negocial, trataremos de corrigir como se impõe... temos em mão um relatório do perito que reconhece ter feito uma avaliação inicial da renda com base em pressupostos errados e que a renda devia ser de cerca de 7000€ em vez de 15.000€/mês... senhores deputados, o que creem que deva fazer um gestor da "coisa pública"?

Assim,

A Águas do Norte vai proceder à deslocalização de trabalhadores com local de trabalho atual em Guimarães. Cerca de 48 trabalhadores para Barcelos, 1 para Vila Real (este colaborador, do Porto, é responsável da área de engenharia e tem viatura da empresa atribuída), cerca de 35, ficam a aguardar com destino ainda por concretizar, sendo que hoje a empresa tem várias alternativas em vista, que permitem manter os serviços da actividade em "Baixa" em Guimarães com uma significativa redução de custos (cerca de 90%).

Esta medida terá um impacto REDUZIDO na vida destes trabalhadores considerando medidas compensatórias introduzidas, nomeadamente disponibilizando transporte da empresa aos trabalhadores deslocados. Será também de salientar que das pessoas deslocadas nenhuma tem salário inferior a 700€... os trabalhadores com salários mais baixo ficarão de facto em Guimarães...dos 48 colaboradores deslocados ou a deslocar de Guimarães para Areias de Vilar, 12 (25%) têm salários superiores a 2.000€ mensais e 27 (56%)têm salários entre 1000 e 2000€

Senhores deputados, a escassos dias da AG da AdN, tenho o gosto de informar a comissão de que regressarei às funções e àquilo que fazia antes de aceitar o honroso convite que me foi feito há 2 anos. Faço-o por minha iniciativa e com o sentido de dever cumprido, ainda que nestas coisas nunca se acaba tudo o que se pretende atingir.

Tive o privilégio de trabalhar com centenas de excelentes profissionais e de presidir um conselho dedicado e focado na missão da empresa, e estarei sempre ao dispor para prestar contas do que fiz.

(Não tive ocasião de ler esta declaração num primeiro momento e tornou-se uma referência desnecessária após a intervenção do deputado MF do PSD.)

Respostas ao texto de interpelação do BE...

Como referi, a decisão de realocar os rh's em diferentes instalações da empresa surge antes demais por imperativos de eficiência e surge no contexto de um processo de adequação das instalações à realidade da empresa... a empresa resulta da fusão de 4 empresas, tem sede em Vila Real e tem instalações próprias a 40 km em Barcelos... não faz qualquer sentido persistir com a situação que encontrámos em que os serviços de contabilidade estavam em Vila Real, a tesouraria em Viana e a direcção administrativa em Guimarães... por outro lado quando estas soluções significam pactuar com desperdício de arrendamentos, de energia, de comunicações então tornam-se matérias de acção imperiosa...

Na águas do Norte em 2016, quando tomámos posse, havia 145 trabalhadores temporários com a identificação de uma necessidade suplementar de contratar mais 78, 223 colaboradores adicionais..., muitos deles configurando de facto necessidades permanentes, numa situação que se mascarava com contratos temporários com que a minha administração entendeu desde a primeira hora não poder perpectuar nem pactuar, até porque era contrária ao espírito da lei.

À data, e após conversa com os quadros, julgo que em Julho de 2016, ficou determinado que se procuraria resolver esta situação, e considerando os constrangimentos legais, optou-se por externalizar os serviços de exploração de algumas áreas quase exclusivamente do serviço de águas residuais...correspondente a 127 desses postos de trabalho identificados, pedindo à tutela a regularização de 96 contratos.

Essa decisão implicou que se reorganizassem alguns serviços e, nomeadamente se realocassem recursos operacionais da AR para AA, que se preparassem cadernos de encargos com métricas de performance adequados, que se organizassem concursos públicos, que depois de apreciados, adjudicados e contratualizados fossem visados pelo TC... como será compreensível, uma luta contra o tempo já que os contratos temporários têm o prazo limite de 24 meses.

Em Maio de 2017, e ante a abertura de um programa de regularização dos designados "trabalhadores precários", cuja conclusão não se sabia quando poderia ocorrer, (hoje sabe-se que demorou um ano a terminar), a AdN apresentou candidatura ao chamado PREVPAP de 59 dos contratos que foram todos aprovados, tendo rejeitado 50 dos processos porque:

Um foi apresentado por engano

Quatro são necessidades efectivamente temporárias (substituições)

Quarenta e cinco por se tratarem de posições entretanto externalizadas:

10 em atendimento em lojas e call center, situação comum e transversal a outras empresas públicas, nomeadamente do sector;

18 em serviços ao domicílio em baixa, situação muito comum em autarquias e outras entidades gestoras, até porque são serviços que nesta fase da vida da empresa têm uma intensidade que “esmorecerá” a mais ou menos curto prazo;

17 em operação em alta, entretanto externalizada

De facto, em 2017 foram adjudicados contratos para a externalização dos serviços de exploração e manutenção de uma pequena parte da nossa actividade...Esta operação correspondeu a um acréscimo da externalização de 5,8% dos volumes tratados;

O valor total de 38 milhões de euros, para um período de 7 anos (O&M SM apenas 3 anos). Estas concessões são feitas a entidades com custos inferiores em cerca de 5.5 milhões euros que o previsto nos modelos técnicos da AdN .

Neste período foram externalizados serviços nos subsistemas do Ave e Vila do Conde Sul que já estava em outsourcing; Douro interior (2 lotes) que foram alargados por forma a também dar alguma escala adicional à operação; e sistemas de AR no Minho interior (2 lotes).